



FACULDADE EVANGÉLICA DE BRASÍLIA – FE

WALKIRIA OZÓRIO CORRÊA

**A ORDENAÇÃO PASTORAL FEMININA NO CONGREGACIONALISMO
BRASILEIRO: Propostas e desafios para o debate acadêmico.**

Brasília/DF

2012



FACULDADE EVANGÉLICA DE BRASÍLIA – FE

WALKIRIA OZÓRIO CORRÊA

**A ORDENAÇÃO PASTORAL FEMININA NO CONGREGACIONALISMO
BRASILEIRO: Propostas e desafios para o debate acadêmico.**

Brasília/DF

2012

**A ORDENAÇÃO PASTORAL FEMININA NO CONGREGACIONALISMO
BRASILEIRO: Propostas e desafios para o debate acadêmico**

Artigo Científico – TCC, apresentado à Faculdade Evangélica de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Teologia, sob a orientação do Professor Afrânio Gonçalves Castro.

Banca Examinadora

Professor Afrânio Gonçalves Castro - Orientador

Professor Uelinton Dias - Examinador

Brasília/DF

2012

A ORDENAÇÃO PASTORAL FEMININA NO CONGREGACIONALISMO BRASILEIRO: Propostas e desafios para o debate acadêmico.

Walkiria Ozório Corrêa¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a aceitação da ordenação feminina dentro do Congregacionalismo brasileiro. A metodologia de abordagem utilizada foi o método dedutivo, isto é, o raciocínio caminhou do geral para o particular, sendo feita uma relação entre as premissas sugeridas e a conclusão. Tal proposta nasceu, basicamente, do descontentamento da pesquisadora com a inadmissão da mulher ao pastorado na referida denominação. O trabalho foi dividido em quatro partes e, inicialmente, tratou da questão da ordenação pastoral feminina. Num segundo momento, apresentou um breve relato histórico do Congregacionalismo brasileiro e, na terceira parte, desenvolveu uma análise bíblica e teológica das razões suscitadas pelos congregacionais para tal impedimento. No último tópico, exibiu a fundamentação histórica que corrobora a total possibilidade de a mulher congregacional ser inserida nesse ministério eclesiástico. Para tanto, fez-se uma análise pormenorizada, mas sem a presunção de esgotar o assunto. O propósito é suscitar a discussão tanto na Igreja quanto na Academia.

Palavras-chave: ordenação pastoral, Igreja, Congregacionalismo, mulher, restrição.

¹ Advogada, UDF- Centro Universitário. Graduanda em Teologia – Faculdade Evangélica de Brasília e Pós-graduanda em Hermenêutica Bíblica - Faculdade Evangélica de Brasília.
E-mail: walkiriazorio@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por escopo investigar e debater o que se tem vislumbrado há mais de um século dentro do Congregacionalismo brasileiro acerca da total restrição sofrida pelas mulheres no que diz respeito ao exercício do pastorado, no intuito de alterar a base legislativa da referida denominação para que mulheres sejam recepcionadas em seu quadro de pastores.

A autora foi atraída pelo tema desde a sua participação em uma assembleia geral ocorrida em janeiro de 2011, ocasião em que presenciou inflamados debates sobre a não admissão da mulher ao ministério pastoral. Essa situação a lançou em busca de aprofundar o assunto, visando suscitar a discussão bíblica e livre de preconceitos, haja vista que o tema acerca da ordenação feminina tem sido debatido não apenas na Academia, mas também em outras denominações. Contudo, até o presente, não tem sido possível chegar a um consenso.

A metodologia de abordagem utilizada foi o método dedutivo, isto é, o raciocínio caminhou do geral para o particular. Para isso, a autora fez uma revisão da literatura existente sobre o tema, realizando uma comparação de ideias a fim de oferecer ao leitor bases para uma reflexão séria sobre o assunto.

O trabalho possui quatro partes. No sentido de orientar o leitor, a primeira versa acerca da ordenação pastoral feminina. A segunda parte tem o intuito de contextualizar e informar o leitor sobre a denominação em que se desenrola o tema; nela a autora apresenta um breve histórico do Congregacionalismo brasileiro, assinalando a visão do fundador sobre a questão feminina. Na terceira desenvolve uma análise bíblica e teológica sobre algumas razões apontadas pelos congregacionais para a inadmissão do pastorado feminino. Por fim, expõe toda a fundamentação histórica, acentuando a presença e atuação da mulher no curso da história da Igreja.

Assim sendo, o presente artigo é relevante para a Academia; mas especialmente, para a comunidade congregacional, pois procura refletir sobre as mais variadas argumentações e interpretações bíblicas utilizadas pelos membros votantes da referida denominação, responsáveis pela permanência da inadmissão das mulheres ao referido ministério.

1 ORDENAÇÃO PASTORAL FEMININA

Muitas são as questões teológicas que causam polêmica e dividem as opiniões tanto no seio das mais variadas igrejas, quanto nas inúmeras denominações espalhadas pelo Brasil. Mas, se há um assunto que tem o poder de causar dissensão entre os evangélicos pode-se afirmar que é a questão da ordenação feminina ao ministério pastoral.

Entretanto, essa discussão não é “privilégio” apenas dos evangélicos. Os católicos igualmente enfrentam esse dilema e a posição que defendem é que a “Igreja não tem autoridade para ordenar mulheres ao sacerdócio, visto que esta doutrina se funda na tradição contínua da Igreja, a qual é fundada na palavra escrita de Deus” (FIORENZA, 1999, p. 5).

Mesmo antes de adentrar pormenorizadamente nas questões que são alvo deste artigo, lançam-se alguns questionamentos feitos por Fiorenza que são de grande valia para reflexão:

O que torna teologicamente aceitável pensar que as mulheres não podem representar Cristo, o Homem? O que faz isto teologicamente admissível para argumentar que as mulheres não podem ser ordenadas porque Jesus não ordenou mulheres, **ainda que seja historicamente bem documentado que Jesus não ordenou ninguém?** Quais são os discursos educacionais e institucionais que insistem e garantem que o ministério ordenado deve ser exclusivamente do sexo masculino? (grifo nosso) (1999, p. 6).

Admita-se, hipoteticamente, utilizando princípio da literalidade que Jesus tenha conclamado apenas homens para serem seus discípulos, valendo-se do argumento de que o texto bíblico não faz qualquer referência à convocação de mulheres para o ministério de Jesus. Utilizando o mesmo método de análise será que a conclusão “somente homens podem ser pastores” não deveria exigir que esses, na atualidade, fossem pescadores, judeus de língua aramaica, homens barbudos e grosseiros, ao passo que homens de elevada cultura e bem situados deveriam estar de fora? (HÄRING, 1999, p. 19).

1.1 Raízes do Androcentrismo²

Durante a pesquisa, tem-se detectado não apenas nos congregacionais, mas em diversas denominações que são contrárias à ordenação pastoral feminina um forte androcentrismo. Nesse sentido, fazem-se necessárias algumas explanações acerca de sua origem e influência.

No capítulo intitulado “como os cristãos legitimaram o machismo”, Gambirasio afirma que nas sociedades judaicas da Palestina e no Império Romano onde se deu a implantação da nova religião, o cristianismo, as mulheres já eram relegadas a segundo plano em termos de importância em comparação ao sexo masculino. Com isso, se infere que o cristianismo não inventou o machismo, pelo contrário, a instituição das religiões monoteístas como o judaísmo, o islamismo e, em particular, o cristianismo serviu como meio de fortalecimento ao machismo, simplesmente em razão de haver nessas religiões apenas um deus e do sexo masculino, o que faz com que a mulher ocupe uma posição secundária com relação ao homem (2005, p. 167, 172).

Especificamente, em sua obra o autor versa sobre o cristianismo asseverando que, no Ocidente, a solidificação do machismo se concretizou quando o cristianismo assumiu, no século IV, o domínio político de Roma e arrola dois fenômenos específicos do machismo cristão: a posição social da mulher e a salvação da alma (GAMBIRASIO, 2005, p. 167).

Quanto ao primeiro, de acordo com a narrativa de Adão e Eva constante no livro de Gênesis, as mulheres são consideradas culpadas por toda a tristeza humana, posto que Eva, além de se deixar seduzir pela serpente e infringir todas as ordens de Deus, persuadiu Adão e o levou a pecar. Como consequência desse ato desregrado, todas as mulheres passaram a ser consideradas como “desencaminhadoras dos homens”. Se não fossem elas e seu erro os homens sempre andariam pelo “reto caminho”. E mais: deixaram de ser “geradoras da vida” e tornaram-se “introdutoras da morte” (GAMBIRASIO, 2005, p. 168).

²Palavra derivada do grego *aner*, que significa homem, varão. Traduz-se literalmente para “centração no homem”, “o varão como centro”. Esse termo não se limita a construir diferenças sexuais (gênero), mas também determina a relação de poder entre os sexos e, nesse sentido, o “homem” é o ser humano paradigmático que é o centro das sociedades, culturas e religiões androcêntricas; a “mulher” é o outro (FIORENZA, 2009, p. 132).

Nesse sentido, referindo-se à mulher, Tertuliano, um dos pais da Igreja, tinha por hábito atribuir culpa as mulheres por serem elas responsáveis pelo fato de os homens perderem suas almas. Assevera Tertuliano:

[...] Tu deverias usar sempre o luto, estar coberta de andrajos e mergulhada na penitência, a fim de compensar a culpa de ter trazido a perdição ao gênero humano [...]. Mulher, tu és a porta do diabo. Foste tu que tocaste a árvore de Satã e que, em primeiro lugar violastes a lei divina (DELUMEAU, 2009, p. 470).

Cabe salientar que as ideias desse estudioso foram reproduzidas, com algumas nuances, por outros teólogos como Jerônimo e Ambrósio, por exemplo (GAMBIRASIO, 2005, p. 202).

Quanto à salvação, declara Gambirasio que há um entendimento velado na doutrina cristã que assevera o seguinte: com primazia as almas que serão salvas serão a dos homens e, para tanto, toda atuação feminina - de que natureza for, como exibição do corpo, movimentos, comportamento, etc. - que possa impedir tal ato deve ser contida. Se, por algum acaso, uma alma feminina for salva, isso será um “ganho adicional”, por ter ela cumprido à risca às normas preestabelecidas por Deus, mas essa salvação não seria o desígnio basilar (2005, p. 169).

Cabe transcrever o que diz o autor sobre o pensamento cristão a respeito desse assunto. Não causaria estranheza se fosse o pensamento dos homens na atualidade, ainda que de forma camuflada:

A mulher induz o homem ao pecado, logo a mulher é perigosa para a salvação do homem, ela é o meio que o demônio utiliza para se introduzir no coração do homem e levar a alma dele à perdição. Por isso que até a forma de a mulher se vestir, de se pentear e **de se comportar em público** devem estar subordinadas a critérios que decorrem do medo dos homens de perder a sua alma em presença de uma mulher. **Essa seria uma razão teológica para restringir a liberdade do comportamento feminino. Pobres homens cristãos, sempre expostos ao pecado, por pensamentos, palavras ou atos, à vista de uma mulher!** (grifo nosso) (GAMBIRASIO, 2005, p. 169-170).

O autor ainda explana as reflexões do filósofo grego Aristóteles acerca da mulher e do alcance delas em relação ao pensamento cristão. Para Aristóteles a mulher ser socialmente inferior era algo tido como natural, e o seu

discurso contém todos os ingredientes do discurso machista: as mulheres são física e intelectualmente inferiores, devem ser mantidas em submissão social, são destinadas apenas à procriação e sua liberdade sexual deve ser tolhida. Em caso contrário, a sociedade será

destruída. E concebe que as mulheres tenham alma, mas nelas a alma é inoperante (GAMBIRASIO, 2005, p. 176-177).

Em suma, a concepção teológica cristã que se firmou foi a seguinte: a mulher é vista como “o perigo” que deve ser afrontado pelo homem (GAMBIRASIO, 2005, p. 202).

Diante do que se tem visto na prática, vislumbra-se que grande parte das denominações e das academias estão longe de chegar a um consenso sobre o referido tema, que tem sido analisado e debatido há várias décadas, inclusive entre os Congregacionais. Contudo, é preciso persistir. E é o que se intenta motivar neste artigo por meio do seguinte questionamento: Pode a mulher ser ordenada pastora?

2 O CONGREGACIONALISMO BRASILEIRO

2.1 Breve histórico do Congregacionalismo brasileiro

Como dito, o presente trabalho versa sobre a questão da ordenação feminina no ambiente congregacional. Para isso, com o fito de situar o leitor no contexto em que se desenrola a questão, a pesquisadora apresentará uma sucinta narrativa histórica das origens do Congregacionalismo.

Em seu livro *O cristianismo através dos séculos* Cairns, (2008, p. 413), ao discorrer sobre o desenvolvimento do protestantismo afirma que ele “começou a arraigar-se e crescer com a chegada de Robert Reid Kalley ao Rio de Janeiro em 1855”.

Nesse sentido, assevera Cardoso (2002, p. 17) em sua obra *Práticas Pastorais* que

A historiografia do Protestantismo no Brasil tem reconhecido em Robert Reid Kalley o papel de missionário independente, que estabeleceu a primeira igreja evangélica, com culto permanente em português, no Brasil (Igreja Evangélica Fluminense).

Corroborando tal entendimento afirma Viera (1980, p. 113)

Dr. Robert Reid Kalley é geralmente conhecido como o missionário que estabeleceu a mais antiga igreja protestante, com serviços religiosos em língua portuguesa, no Brasil.

Robert Reid Kalley (1809-1888), escocês, médico, antes de vir para o Brasil, resolveu morar na Ilha da Madeira em razão do estado de saúde da sua primeira esposa (D. Margareth), que exigia clima especial. Mas, em razão das inúmeras acusações e da feroz perseguição que vinha sofrendo, resolveu sair daquela localidade e foi para Beirute, no Líbano, onde veio a falecer D. Margareth, no ano de 1951.

Dr. Kalley ficou conhecido como o “santo inglês” por ter fundado uma escola e um hospital em razão da situação de extrema pobreza das pessoas da Ilha da Madeira (VIEIRA, 1980, p. 113)

Tempos depois, Kalley casou-se com **Sarah Poulton**. Os dois chegaram ao Rio de Janeiro em 10 de maio de 1855 e decidiram fixar residência em Petrópolis. Numa tarde de domingo, em 19 de agosto do mesmo ano, instalaram a primeira classe de escola dominical em língua portuguesa composta inicialmente com apenas cinco crianças - prática de estudo que perdura até os dias atuais. Cabe salientar que em 1868 a igreja já contava com 360 membros, sendo a maioria brasileiros.

Apesar de ser amigo de D. Pedro II, desde a sua chegada ao Brasil, não foi sem dificuldades que o trabalho permaneceu. Muitas foram as perseguições tanto por parte do povo, quanto por parte das autoridades civis e religiosas.

Em contrapartida, muitas foram às conquistas obtidas por Kalley, inclusive na ordem social, como a regularização e reconhecimento oficial do casamento dos não católicos (1861); a autorização dos registros de nascimento e óbito em cartórios de paz e o estabelecimento de lugares nos cemitérios para as suas sepulturas.

O casal Kalley, durante sua permanência no Brasil, conseguiu sem qualquer auxílio, a não ser com recursos próprios, organizar várias igrejas e, antes do final da última década de 1800, já existiam quatro igrejas constituídas: Fluminense; Pernambucana; Passa Três e Niterói.

Em 1876 o casal Kalley fixou residência definitiva na Escócia, mas Dr. Kalley continuou escrevendo e aconselhando os membros da igreja evangélica Fluminense. Em 1893, Sara Kalley, anos após a morte do Dr. Kalley, não

abandonou o ministério no Brasil e fundou o ministério Auxílio ao Brasil (Help for Brazil).

Dr. Kalley não tinha a pretensão de organizar uma denominação, mas desejava instituir uma igreja genuinamente brasileira e somente no ano de 1913 foi organizada uma denominação de fato.

2.2 O fundador do Congregacionalismo (Robert Kalley) e o ministério feminino.

Quanto ao ministério feminino, Dr. Kalley sempre se mostrou aberto à participação das mulheres na igreja. Tendo em vista a época vivenciada por ele, pode-se considerar sua posição bem liberal, progressista e libertadora (CARDOSO, 2002, p. 64).

Nessa esteira afirma Cardoso (2002, p. 66):

Em nenhuma nota, carta ou sermão de Kalley encontramos qualquer manifestação contra o ministério feminino. Suspeitamos que sua posição era inclusive mais aberta do que a de Sarah e seu silêncio revelava o respeito às tradições dos que o cercavam. Contudo, a posição da igreja Evangélica Fluminense era radicalmente contrária a qualquer participação ministerial feminina, restringindo inclusive sua participação nas sessões da igreja.

A história narra que Dr. Kalley, “mesmo não desenvolvendo um ministério feminino ordenado, possibilitava a ação feminina nas práticas pastorais” e “parece nunca ter se indisposto com estas qualidades e com o exercício de liderança de Sarah, inclusive apoiando de toda maneira seu ministério” (CARDOSO, 2002, p. 64-65).

Grenz, em sua obra *Mulheres na Igreja*, relata que o teólogo e pastor Charles Grandison Finney lecionou a Antoinette Brown, que foi a primeira mulher ordenada na América. Citando o que disse o pregador wesleyano metodista Luther Lee, Grenz afirma que o culto de ordenação de Brown foi realizado numa igreja Congregacional, à qual ela serviu (1998, p. 50).

Assim, até mesmo o leitor mais distraído que passe os olhos no que está reproduzido acima e pondere, ainda que superficialmente, acerca da realidade vivenciada atualmente pelos Congregacionais constatará de forma nítida que a posição assumida pela grande maioria dos líderes da referida denominação,

principalmente aqueles que têm poder de voto, não coaduna com a visão que possuía o seu fundador no que diz respeito à atuação das mulheres nos ministérios da igreja.

2.3 Regimento interno da União das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil (UIECB)

O que se busca com esse trabalho é alterar a base legislativa concernente ao cargo eclesiástico de pastor que está estabelecida na norma constitucional da referida denominação, a qual é reiterada pelo estatuto das igrejas locais. Seguem os artigos alvos de questionamento:

Art. 9º, I - A liderança e administração das Igrejas é confiada, por suas assembleias gerais, a: I - oficiais designados de **Pastor**, Presbítero e Diácono (grifo nosso).

Art. 10, I - Os oficiais eclesiásticos são: I – **Pastor** (grifo nosso).

3 ANÁLISE BÍBLICA E TEOLÓGICA PARA A ADMISSÃO DA MULHER AO MINISTÉRIO PASTORAL

Este capítulo tem por foco a apreciação bíblica e teológica, visando embasar a possibilidade da ordenação da mulher ao ministério eclesial, demonstrando que muitas mulheres, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento, foram escolhidas e capacitadas para atuarem como líderes em diversos ministérios.

No tocante à interpretação dos textos sagrados, sabe-se que a forma como se interpreta a Bíblia - considerada o manual de fé e prática de todo o cristão - será a forma como se crê, e a forma como se crê será a forma como se vive, como se adora ou não e, também, a forma como se ensina. O que se tem visto são interpretações equivocadas baseadas em textos isolados, as quais têm gerado uma teologia depreciativa que relega a mulher a condição de segundo plano, mantendo-a numa situação de exclusão do ministério pastoral.

Na prática, o que se pode vislumbrar é que tem sido perpetuada em púlpito por “homens de Deus” uma teologia que preleciona que o lugar das mulheres pode ser qualquer lugar, menos o púlpito. Dizem eles fundamentados em Paulo: “Conservem-se as mulheres caladas nas igrejas, porque não lhes é permitido falar” (I Coríntios 14:34).

Zuck apregoa que é imprescindível conhecer o significado da Bíblia para que se descubra e se aplique sua mensagem para os dias atuais. Contudo, essa tarefa é um grande desafio pelo fato de a Bíblia ser um livro muito antigo. Assim sendo, faz-se necessário transpor vários abismos que se apresentam como, por exemplo, o abismo do tempo, dos costumes e do idioma, dentre outros (1994, p. 10, 19). Por tudo isso, a missão do intérprete é demasiadamente importante, pois ele é o elo entre esses dois mundos que se apresentam aos leitores das Escrituras. Se a interpretação dos textos antigos for incorreta haverá consequências no mundo atual, como se tem visto na questão da ordenação feminina.

3.1 Antigo Testamento

O primeiro testamento “narra as histórias de algumas mulheres famosas, escolhidas por Deus para guiar Israel”. A Escritura não evidencia qualquer fato no sentido de demonstrar que os israelitas rejeitassem a liderança feminina unicamente em razão de seu sexo feminino; “pelo contrário, tem-se a impressão de que Israel reconheceu a autoridade de mulheres ordenadas por Deus como líderes e profetizas, da mesma forma que aceitou a dos homens” (GRENZ, 1998, p. 73,76)

Nesse contexto, pode-se asseverar que, “bem cedo na história de Israel, várias mulheres assumiram papéis de liderança”, podendo-se considerar Débora (Jz 4.5) “a mais proeminente líder feminina dos primeiros tempos de Israel”. Cabe salientar que, sendo Israel considerado o povo de Deus, não havia distinção entre liderança política e religiosa. Nesse sentido, Débora evocava para si esse duplo encargo, assim como os demais líderes (GRENZ, 1998, p. 73-74):

A posição de Débora combinou o trabalho de profeta e juiz (Jz 4.4). Membro da comunidade profética, ela atuava como porta voz para a palavra de Deus (4.6-7). Débora anunciou a ordem de Deus a Baraque, mandando que reunisse o exército israelita contra os cananeus...Os filhos de Israel subiam a ela a juízo (Jz 4.5) (GRENZ, 1998, p. 75).

Esse exemplo de Débora demonstra que seu agir não se passava apenas na esfera privada, como defendem aqueles que dizem que a atuação da mulher deveria se restringir ao ambiente familiar. Pelo contrário, “Débora desempenhava

um cargo público num ambiente público” (GRENZ, 1998, p. 76). E mais, articula o autor:

O exemplo de Débora confirma que nem Deus nem os hebreus da antiguidade consideravam a liderança feminina intrinsecamente odiosa. Pelo contrário, uma mulher podia exercer autoridade sobre a comunidade, inclusive sobre os homens (GRENZ, 1998, p. 76).

Vale salientar que “não se deve supor que as poucas mulheres especificamente nomeadas constituem o total de mulheres atuando em posições de autoridade, pois se encontra indicações claras de que homens e mulheres não nomeados serviram como autoridades” (GRENZ, 1998, p. 73). Da mesma forma, não se pode afirmar que a grande quantidade de juízes do sexo masculino reduz a importância da escolha de Débora por Deus e de seu serviço louvável e obediência a esse chamado. Igualmente, não se pode afirmar, como alguns o fazem, que Débora apenas atuou como juíza e profeta por não haver naquele momento homens disponíveis (GRENZ, 1998, p. 76).

Na mesma linha de pensamento, apresenta-se Hulda (2 Rs 22.14-20), que provavelmente é a profetiza mais conhecida da história israelita. Narram as Escrituras que a referida profetiza foi procurada por cinco oficiais importantes do rei Josias, que desejou ouvir a palavra profética assim que encontrou o livro da Lei no templo. Em resposta ao oráculo de Hulda, “o rei guiou o povo num ato de renovação da aliança” (GRENZ, 1998, p. 77).

Da mesma forma como se asseverou no tocante a Débora, muitos estudiosos afirmam que o ministério desempenhado por Hulda se dava apenas na esfera privada, não servindo de embasamento para afirmar que as mulheres não exerciam papéis públicos e de destaque naquela sociedade. Pode-se perceber pelo contexto que o rei não foi em busca da orientação de nenhum dos principais profetas da época como, por exemplo, Sofonias (Sf 1.1) e Jeremias (Jr 1.2). Pelo contrário, vislumbra-se que o rei assentou sua fé numa mulher que cumpria sua missão em meio a tantos outros profetas do sexo masculino, não tendo agido diversamente de nenhum deles.

Com respeito ao ministério da profetiza Hulda, Grenz afirma:

A intenção do narrador dificilmente pode ser interpretada da maneira como os complementaristas³ algumas vezes leem a passagem, a saber, que Hulda exercia o seu ministério profético de modo que não obstruísse a liderança masculina. Em vez disso, Hulda se destacava entre homens e mulheres que proclamavam a verdadeira palavra de Deus ao povo daqueles dias (GRENZ, 1998, p. 77).

3.2 Novo Testamento

Há uma discordância quanto ao texto de Romanos 16.7⁴ no que diz respeito a Júnias ser ou não uma mulher e apóstola. Lopes afirma que há divergências quanto à questão textual por existirem muitas variantes do referido nome nos manuscritos gregos alegando que “os resultados são inconclusivos por parecer evidente que Júnias era nome tanto de homem quanto de mulher no período neotestamentário” (1997, p. 12-13).

Há também a questão de ser ou não uma apóstola. O autor, com razão, define o termo em seu sentido primário significando mensageiros ou enviados. Todavia, afirma que “esses apóstolos não tinham autoridade de governo em igrejas locais; antes, eram enviados por elas para desempenhar diferentes funções como representantes e emissários” (1997, p. 15). Ou seja, em sua concepção, ainda que se admita que Júnias seja uma mulher, era uma apóstola itinerante, e por isso, não possuía qualquer liderança sobre a igreja.

Data vênia, mas essa percepção de Lopes não procede, pois não há como ser um representante sem ter recebido sobre si a autoridade para o desempenho da função para a qual foi designada, isto é, toda apóstola que é enviada pela igreja a pregar o Evangelho está sendo enviada com toda a autoridade não apenas para representar a igreja que a envia, mas também com autoridade do próprio Deus para desempenhar a sua missão.

Nesse aspecto, se há dúvida quanto a esse versículo, ele não pode ser utilizado nem para afirmar, nem para negar a ordenação feminina.

³ Os complementaristas são aqueles que sugerem tanto igualdade como diferenças vantajosas entre os sexos. Segundo compreendem, Deus criou o homem e a mulher iguais, mas também destinou a mulher a complementar o homem ao subordinar-se à sua liderança (GRENZ, 1998, p. 20).

⁴ Saudai Andrônico e Júnias, meus parentes e companheiros de prisão, os quais são notáveis entre os apóstolos e estavam em Cristo antes de mim.

Outro texto utilizado para negar a ordenação feminina se encontra em Gálatas 3.28⁵, entendendo que ser *um* em Cristo não significa igualdade entre homens e mulheres, mas, sim, unidade (LOPES, 1997, p. 17). Ora, se todos são *um* em Cristo, e não vários, no sentido de haver uma total unidade na igreja, mais ainda não há justificativa para qualquer diferenciação entre ambos os sexos, pois *um* não tem gênero.

Por isso, para Paulo, “a unidade dos crentes indicava implicações quanto aos relacionamentos na comunidade cristã e seu desejo de ver a igreja implementar essas mudanças sugere que a unidade do homem e da mulher em Cristo deve afetar também a vida comunitária”. Nesse texto de Gálatas, Paulo se vale de um fundamento abrangente com duplo enfoque: primeiro, deve servir como pano de fundo para todas as interpretações acerca do lugar das mulheres na igreja e, em segundo - como consequência do primeiro - para nortear a prática comunitária da igreja (GRENZ, 1998, p. 113,116).

Outro argumento utilizado no que diz respeito a esse versículo é que o apóstolo Paulo está declarando uma igualdade em termos de posição soteriológica diante de Deus. Nesse sentido, todos os que creem são filhos e, por conseguinte, igualmente herdeiros da promessa da salvação. Alegam que o apóstolo não esteja defendendo uma igualdade social entre homens e mulheres diante de Deus. Mas surge a questão: se Deus se importa com o ser humano de forma holística (e se importa), há alguma esfera da vida do homem e da mulher que não esteja diante de Deus? (GRENZ, 1998, p. 109 -110).

Para que se possa fazer uma interpretação correta dos textos bíblicos, torna-se mandatário refletir de antemão acerca de algumas questões. É correta a assertiva que enfatiza que a Palavra de Deus em determinados aspectos é aplicável somente àquela cultura, para àquela época e não mais ao contexto moderno, ou seja, é possível que alguns textos bíblicos sejam aplicáveis apenas aos primeiros cristãos? Como a práxis daquela época tão remota se torna atual para os cristãos do século XXI? A resposta é simples. O que deve motivar e orientar o estudioso das Escrituras é a busca dos princípios, haja vista que os princípios de Deus são totalmente imutáveis. É o que se buscará a seguir.

⁵ Dessarte, não pode haver judeu nem grego; nem escravo nem liberto; nem homem nem mulher; porque todos vós sois *um* em Cristo Jesus. (grifo nosso)

Paulo, na primeira Epístola a Timóteo (2.12)⁶, é enfático ao expressar que a mulher não ensine. Mas o que Paulo, de fato, desejava com essa instrução? O princípio intencionado por Paulo não era que a mulher não desenvolvesse o ministério de ensino à congregação, mas que, ao fazê-lo, tudo fosse feito “com decência e ordem⁷”, ou seja, a mulher deveria tomar todo o cuidado para não trazer as práticas de outras religiões pagãs para o culto cristão. A preocupação do apóstolo era, tão somente, a de instruir Timóteo no combate às heresias que estavam se infiltrando na igreja de Éfeso.

Como complemento e em sequência ao anterior, outro texto bíblico muito usado por aqueles que discordam da ordenação pastoral feminina é 1 Timóteo 13-14⁸, no sentido de explicar as razões para a subordinação da mulher ao homem e a total impossibilidade de efetiva liderança da mulher na igreja. Utilizam esses versículos para fundamentarem a ideia de que a ordem da criação demonstra a ordem de importância e supremacia do homem sobre a mulher.

Lopes oferece seus motivos para a proibição do ensino pelas mulheres:

O homem foi criado primeiro (v.13). A sequência temporal (primeiro....depois), para Paulo, tem significado teológico e implicações práticas quanto ao ministério feminino na Igreja de Cristo. O fato de que o homem foi criado primeiro indica sua liderança sobre a mulher. E o fato de que a mulher foi criada em seguida, como auxiliadora, indica sua posição de submissão (Gn. 2) (1997, p. 58)

No que diz respeito a essa ordem, ou seja, ter sido o homem criado primeiro que a mulher e quanto à questão do pecado e da queda, indaga Liefeld em sua obra *Mulheres no Ministério Feminino* (1996, p.157):

Existe algo inerentemente diferente nos homens em relação às mulheres que faz com que aqueles sejam capazes para o ministério e estas não? De que forma a queda teria afetado a capacidade da mulher para o ministério? De que forma a redenção de Cristo afetou as consequências da queda?

Resta saber qual é o princípio que se abstrai dessa sequência da ordem de criação narrada no versículo 13 de 1 Timóteo. Certamente não é o grau de importância do homem sobre a mulher; mas, sim, que o primeiro a ser criado, o homem, serve de modelo a ser seguido pela segunda, ou seja, pela mulher.

⁶ E não permito que a mulher ensine, nem exerça autoridade de homem; esteja, porém, em silêncio.

⁷ 1 Coríntios 14.40

⁸ Porque, primeiro, foi formado Adão, depois, Eva. E Adão não foi iludido, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão

Apenas com o escopo de confirmar esse princípio e, negar o grau de importância de criação que coloca o homem como superior à mulher, se a ordem da narrativa da criação de Deus fosse para evidenciar escala de importância de um sobre o outro, certamente a natureza e os animais teriam supremacia sobre a humanidade, visto que aqueles vieram primeiro à existência, o que na prática não se vislumbra.

Considerando o que foi visto até aqui e no sentido de se aprofundar no cerne da questão pastoral feminina, Liefeld (1996, p. 155) indaga: “Deveria o ministério cristão, que segundo todos os testemunhos das Escrituras é um ministério de natureza *espiritual*, ser limitado pelo gênero do ministro, que pela sua natureza constitui uma distinção *humana*?”

Castro afirma que “homem e mulher formam a humanidade e fazem parte da mesma humanidade”. Nesse sentido, em não havendo diferença antropológica entre homem e mulher, muitas atitudes são totalmente descabidas como, por exemplo, a existência de critérios diferenciados de seleção ou até mesmo sua inexistência, até porque os “dons são distribuídos livremente pelo Espírito em sua graça” (ano I, 2010, p.43).

Indo mais adiante, o referido autor afirma com muita propriedade: “se a distribuição fosse condicionada conforme a categoria da pessoa a Teologia da Graça de Paulo entraria em contradição, pois o Espírito ficaria limitado ao gênero da pessoa” (ano I, 2010, p. 43)

Parte-se do princípio que a aceitação da ordenação feminina na referida denominação poderá ser realizada de acordo com o que assevera Mickelsen no livro *Mulheres no Ministério Feminino* (1996, p.143): “Em Gálatas, Paulo proclama fortemente a liberdade em Cristo a todos os homens e mulheres. Ele adverte seus leitores a que tenham precaução contra os que tentam enfiar um jugo, o do legalismo judaico, em seus pescoços”.

Mas a pergunta crucial é essa: “Que é que Jesus queria que entendêssemos, a partir de seu ensino sobre a mulher e sua atitude para com ela?” (LIEFELD, 1996, p.157). Certamente, Jesus trouxe com Ele novas perspectivas acerca do assunto, e “os que quiserem impedi-las de pregar e

ensinar devem voltar-se da história para a Bíblia e para a teologia na tentativa de oferecer seus argumentos” (GRENZ, 1998, p. 67).

Não se poderia terminar esse tópico sem aventar uma questão que a pesquisadora considera muito crítica: trata-se do machismo que está enraizado na mente das mulheres. Araújo, em sua pesquisa *Os Batistas e a questão feminina*⁹, discute sobre esse assunto e assevera que “o homem não precisa mais insistir na necessidade da sua dominação. Isso é feito pela ideologia presente no androcentrismo, base do trabalho feminino”. Ele continua: “já não é o homem na igreja batista quem luta contra a emancipação da mulher, são as mulheres que lutarão contra a mulher que quer se emancipar”. E, essa realidade já se percebe com bastante nitidez na prática.

Nesse mesmo sentido, Araújo traz algumas informações da sua realidade denominacional, as quais, infelizmente, se assentam muito bem na esfera Congregacional. Ele narra:

As relações desiguais começam quando elas são mandadas para os campos onde os homens não querem ir. **No campo, as relações desiguais de submissão continuarão quando elas são proibidas de realizar a ceia, o batismo e os casamentos dos crentes que elas ajudaram no processo da conversão, discipulado e crescimento cristão. Sendo proibidas de administrarem esses bens simbólicos, elas participam de um tipo de liderança provisória, até que venha o homem, o verdadeiro pastor de ovelhas que não são deles, pastores de ovelhas desconhecidas. Mas, sem o homem o trabalho não é verdadeiramente instituído. O homem terceiriza seu ministério e poder através das missionárias femininas. (grifo nosso)**

4 ANÁLISE HISTÓRICA COMO FUNDAMENTO PARA ADMISSÃO DA MULHER AO MINISTÉRIO PASTORAL

4.1 Acepções acerca da família, do homem e da mulher.

Independentemente de como foi o desenrolar da pré-história de Israel, admite-se que a família israelita era nitidamente patriarcal¹⁰, e o termo mais exato a ser empregado para defini-la seria “casa paterna” (VAUX, 2004, p. 42). Afirma o

⁹ Palestra ministrada pelo Dr. João Pedro Gonçalves Araújo no decorrer da Semana Acadêmica da Faculdade Teológica Batista de Brasília (FTBB) no dia 30.Out.2012. (não publicado).

¹⁰ Literalmente, patriarcado significa poder do pai. Esse sistema de organização social situa o poder do homem ou homens dominadores, de modo que todos os demais entes sociais – mulheres, crianças, escravos, homens dominados – ocupam a posição de subordinação. (LORENZEN, 2002, p. 95).

autor que as “genealogias sempre são dadas seguindo a linha paterna e as mulheres só são mencionadas excepcionalmente”. Não se pode olvidar também, segundo narra o referido autor, que o decálogo relata entre os bens do homem (marido) a mulher, assim como o são os bens, os animais e os serviçais (escravos) (VAUX, 2004, p. 62).

Tanto nas eras primitivas, quanto durante os séculos do período Renascentista, conforme enfatiza King citada por Almeida (2010, p. 56), o matrimônio também possuía uma concepção totalmente patriarcal. O domínio do homem sobre a mulher era amplo e irrestrito, devendo a esposa ao marido completa submissão, reconhecendo em sua figura a posição de superioridade e senhorio.

Há uma forte tendência na sociedade atual de atribuir valores com relação a grau de importância ao homem e à mulher, considerando o primeiro superior à segunda e, de forma descuidada, utiliza-se da Bíblia para endossar esse entendimento.

Baumert afirma que, em consonância com a cultura patriarcal, o homem nas mais diversas situações é citado em primeiro lugar, mas ele inquirir: “até que ponto essa sequência implica ordenação de valor?”. E segue afirmando que essa rivalidade entre os dois sexos que se entrevê até os dias de hoje tem uma gênese: o pecado (1999, p. 246-247). Todavia, ao ampliar um pouco mais o seu pensamento, aduz que, na pessoa de Jesus Cristo, homem e mulher não podem ser entendidos separadamente, pelo contrário, subsistem num leal e contínuo dar e receber (BAUMERT, 1999, p. 174).

4.2 Atuação das mulheres no ministério de Jesus

Não há dúvida de que todos aqueles que, de forma sincera, seguiam Jesus em seu ministério terreno deveriam desempenhar serviços. Dentre esses que O seguiam, estavam incluídas as mulheres. Muitos podem afirmar que, na prática, as mulheres não realizavam as mesmas atividades que os homens, mas o autor assevera que, sem sombra de dúvidas, grande quantidade de mulheres teve acesso aos mesmos ministérios desempenhados pelos homens. Na verdade um número bem maior do que se possa supor hodiernamente (REILY, 1997, p. 34).

Contudo, com o desenvolvimento e a institucionalização da Igreja e, conseqüentemente, com o aumento das formalidades, as mulheres foram de modo paulatino sendo excluídas das atividades que outrora praticavam (REILY, 1997, p. 34), embora, “Jesus tenha ensinado que todas as pessoas encontrem a verdadeira identidade na sua relação com Deus”, e não em atitudes generalizadas que favoreciam os homens à custa das mulheres (GRENZ, 1998, p. 80).

Assevera Baumert que, em todos os períodos da história cristã, houve mulheres de relevância. Cita, por exemplo, que Crisóstomo não desconsiderava a hipótese da existência de mulher “apóstolo”. Mas, em contrapartida, afirma que em toda a literatura que examinou acuradamente, não se deparou com qualquer indício de que, em algum tempo, tenha havido discussão sobre a mulher ter acesso ao sacerdócio. Todavia, essa discussão veio à tona no século XX e tem sido alvo de inúmeras e variadas reflexões (1999, p. 161).

Muitos autores renomados - como Fiorenza, por exemplo - têm se integrado na luta em busca de recuperar a história das mulheres no cristianismo primitivo. Afirmam que as fontes do Novo Testamento asseveram que as “mulheres eram seguidoras de Jesus Cristo e membros líderes das comunidades cristãs primitivas” (1992, p. 17).

4.3 O papel da mulher no ministério eclesial

A intenção dessa investigação é salientar o papel da mulher no meio eclesial. Como afirma Baumert, todo zelo será pouco para que não haja desvirtuamento de nenhum dado histórico, ou seja, “havemos de bem diferenciar entre o que os textos afirmam a partir de si e o que deles pode ser depreendido por meio de reflexões hermenêuticas”, devendo a referida questão ser discutida sem preconceito e totalmente despreocupada com a “opinião pública eclesial” (1999, p. 162, 286).

O capítulo 16, versículos 13 e 14, do Livro de Atos apresenta o apóstolo Paulo chegando a um lugar de oração e falando a algumas mulheres ali reunidas. Dentre elas, encontra-se Lídia, que será a primeira mulher a aceitar o Evangelho (Bíblia de Jerusalém, p. 1932). Se, de fato, Paulo fosse contrário ao ministério feminino, jamais teria tido a atitude que teve: assentar-se ao chegar àquele lugar

repleto de mulheres. E mais: não seria por aquele grupo que iniciaria o seu ministério no continente europeu (REILY, 1997, p. 38-39).

Mas, a bem da verdade, o que se tem visto e ouvido acerca de Paulo e sua teologia, inclusive na Academia, é uma visão machista e deturpada. A situação vivenciada pelo apóstolo naquele lugar e com aquelas mulheres só vem a lançar por terra essa ideia, pois Paulo faz um trabalho com mulheres que já tinham por hábito se reunir naquele lugar, visto que era um lugar de oração (REILY, 1997, p. 38-39).

No mesmo sentido, Meeks se expressa afirmando que as mulheres desempenharam, juntamente ao ministério Paulino, atividades, que seriam designadas aos homens, inclusive na vida comunitária (1992, p. 239).

Porém, Baumert preleciona que fracassa por falta de provas a tese apresentada por alguns, com base em Paulo, que alegam que mulheres eram detentoras de autoridade eclesiástica, com relação à direção de uma comunitária instituída (1999, p. 287).

Fiorenza reconhece dois fatores que “apagaram” as mulheres da história e fizeram delas “não seres”, a saber, a linguagem androcêntrica ocidental e a religião patriarcal. (1992, p. 14). No mesmo sentido, salienta em sua obra *Discipulado de iguais* (1995, p. 176), que há algo que não pode ser esquecido: o foco de toda a discussão centra-se no “papel histórico das mulheres, e não no dos homens”, haja vista que a masculinidade representa o que é tido por normal e, contrariamente, a feminidade o desvio dessa normalidade.

Por meio dessa lente androcêntrica, ou seja, dessa leitura de mundo feita a partir da perspectiva masculina, certamente e por longo tempo, a mulher prosseguirá historicamente como um ser à margem da sociedade. Complementando essa ideia, Beauvoir afirma que “a humanidade é masculina e o homem define a mulher, não na pessoa dela, mas com relação a ele. Ela não é considerada um ser autônomo. Ele é o sujeito, o absoluto, ela é a outra” (1970, p. 10).

4.4 A mulher e os sacramentos: batismo e santa ceia.

Levando em consideração a relevância do assunto em torno do qual se cerca esse trabalho, a saber, a ordenação feminina, Reily acredita que muitos têm

elevado a “questão da ministração no altar” a um patamar de importância tal que acabam por praticar um reducionismo exacerbado em relação ao que é relevante de fato: a ordenação da mulher ao ministério eclesiástico (1997, p.82).

Narra o autor que a Igreja Episcopal do Brasil no ano de 1968, por meio do Sínodo XXI, decidiu, quase que por unanimidade, pela ordenação feminina, haja vista que não foram encontrados embasamentos teológicos convincentes para a proibição (REILY, 1997, p.82-83).

Reily entende ser totalmente descabido discutir se as mulheres, nos primeiros períodos da história, ministravam no altar como sacerdotisas. Diferentemente, acredita que é de suma importância perscrutar se as mulheres batizavam e ministravam a Ceia do Senhor (1997, p.84).

Batismo. Reily assevera que nem nos ensinamentos e, muito menos na prática de Jesus Cristo havia qualquer proibição que impedisse as mulheres de batizarem no nome de Ele (1997, p.84). Mas, como se tem vislumbrado por meio de opiniões, o apóstolo Paulo tem sido usado como referência para toda e qualquer proibição concernente à atuação da mulher na igreja. Em razão disso, cabe a indagação: “Paulo aceitava ou não que as mulheres batizassem?”. Segundo entendimento do referido autor, a resposta é totalmente positiva, como se demonstrará em breves linhas, valendo-se de apenas dois exemplos.

Paulo entregou o cuidado de igrejas nas mãos de mulheres como Priscila em Éfeso. Obviamente, a incumbência de batizar aqueles que fossem se convertendo seria de total responsabilidade dela (REILY, 1997, p.84).

Ou se fazia naquela época o mesmo que se faz hodiernamente nas Igrejas Congregacionais do Brasil, onde, de fato, as mulheres cuidam, administram, vivenciam em seu cotidiano toda a prática pastoral; mas quando se trata do batismo têm que recorrer a um pastor ordenado pela denominação?

Ainda, aduz o referido autor que Marcião permitia que as mulheres praticassem o batismo. Isso se dava em razão do seguinte: Marcião entendia que Paulo foi o único que interpretou os ensinamentos de Jesus corretamente; logo, cumpria a risca seus ensinamentos. Dessa forma, se Paulo admitia tal ministério, ele assim também o fazia (1997, p. 85).

Santa Ceia. Neste tópico, Reily admite não deter provas em quantidade volumosa, mas ressalta que tem variados depoimentos dos inimigos da referida prática. Conclui, portanto, que possui “prova incontestável de que as mulheres, de fato, presidiram a Santa Ceia” (1997, p. 87).

Como exemplo, o autor cita, primeiramente, o que narrou Irineu quanto à igreja gnóstica de Marcus. Afirma que Marcus, na Eucaristia, após consagrar os cálices e fazer uma longa invocação, entrega os cálices às mulheres e as manda consagrá-los em sua presença. (1997, p. 87).

Há outros fortes vestígios que corroboram a ideia de que as mulheres exerciam variadas funções, inclusive a ministração da santa Ceia, no tempo da igreja antiga. Tertuliano, com veemência, insistia na total oposição às mulheres no desempenho de qualquer função ministerial, principalmente a de ministrar o sacramento. Assevera o autor que, se Tertuliano fazia essa proibição, era porque, de fato, havia mulheres ministrando a ceia do Senhor, porquanto seria em vão proibir o que ninguém exercitava (REILY, 1997, p. 89).

Também salienta o autor, com base no mesmo argumento com relação às mulheres conduzirem igrejas locais, como no caso de Priscila, que possivelmente essas mulheres também deveriam consagrar e ministrar a Santa Ceia àqueles que estavam sob sua assistência (1997, p. 90).

4.5 O resgate do papel feminino na Reforma Protestante

Preleciona Almeida que, na época do Renascimento, a mulher tinha voz e lutou para se exprimir; mas perante tão enfática recomendação ao silêncio, não seria estranho o fato de não falarem. Logo, não foram bem sucedidas nesse intento (2010, p. 53).

Segundo afirma Douglass em sua obra, a Igreja Medieval não consentia em que a mulher se manifestasse publicamente nas liturgias, e até mesmo entre os protestantes havia essa recusa. O próprio Calvino teve sua postura condenada como inadequada ao consentir a participação das mulheres no cântico dos Salmos (1991, DOUGLASS, 1985, p. 95 *apud* ALMEIDA, 2010, p. 59).

A educação que recebiam centrava-se tão somente nos trabalhos de fabricação, e a renascença não mudou em profundidade esse quadro. Todavia, a Reforma começou a proclamar sua concepção que todos eram iguais, e podiam

ser seus próprios sacerdotes. “Sendo assim, também as mulheres deveriam estudar para obter um maior conhecimento das Escrituras. Foi esse contexto que despertou a mulher para a educação” (ALMEIDA, 2010, 52).

O próprio humanista holandês Erasmo de Roterdã foi um dos grandes defensores do direito à instrução da mulher e afirmava: “a roca e o fuso são úteis às mulheres, mas os estudos, que emprenham todo o seu espírito, são ainda mais úteis” (KING, 1991 apud ALMEIDA, 2010, p. 66).

Aprecia-se o que enfatiza King, (1991 apud ALMEIDA, 2010, p. 52-53):

O impulso mais forte para a educação elementar das mulheres proveio naturalmente do protestantismo. Se cada crente deveria conciliar-se pessoalmente com Deus, e se Deus falava através das Escrituras, então todos deveriam aprender a ler. Lutero desejava que fossem instituídas escolas para as raparigas, onde se deveria ler as Escrituras durante uma hora por dia, em alemão ou latim.

A Reforma, com Martinho Lutero, trouxe algumas mudanças de interpretação quanto à ordenação feminina. Lutero “ensinou que não existe classe sacerdotal especial, pois cada pessoa é seu próprio sacerdote diante de Deus” (CULVER, p. 13). Nesse sentido, começa-se a permitir que mulheres orem, cantem, exortem umas as outras, digam amém e até interpretem as Escrituras (ALMEIDA, 2010, p. 59). Isso pode não ser muito aos nossos olhos hoje em dia, mas foi algo significativo à época! E houve pelo menos duas razões pelas quais Lutero modificou o ponto de vista medieval sobre o ministério feminino. Ei-las:

Em primeiro lugar, Lutero não acreditava que Deus houvesse posto à parte um grupo especial, de elite, dotado de poderes para guardar a lei de Deus de forma particular. Em segundo lugar, ele argumentava que ninguém poderia merecer a graça de Deus mediante a obediência à lei. A salvação era concedida livre e totalmente a todos quantos cressem em Cristo (CULVER, p.13).

Mas Culver afirma que

talvez Lutero, se não houvesse sido um revolucionário tão relutante, tivesse proporcionado à mulher um papel maior no ministério eclesiástico – mas ele não o fez e seguindo os seus passos as igrejas luterana e reformada, protestantes, não permitiriam que suas mulheres servissem como ministras ordenadas (p. 13)

Todavia, embora Lutero reconhecesse os mais variados ministérios femininos, não admitia a pregação e o pastorado em congregações que houvesse ministros ordenados. Porém reconhecia! (REILY, 1997, p. 157).

Mas, essa atuação feminina não foi vista com bons olhos, em especial pela Igreja Católica. Como assevera Almeida,

a atuação feminina no campo religioso foi difícil e bem restrita. Além de não terem a liberdade de desenvolver seus talentos, muitas foram martirizadas pela religião, outras foram confinadas e outras ainda submetidas a torturas (2010, p. 62).

Dessa forma, ao ler sobre a Reforma Protestante ocorrida em meados do século XVI, não se constata a presença de muitas mulheres influentes, mesmo a despeito de se ter notícias de haver mais mulher culta naquele século do que em qualquer outra época anterior.

Sob esse aspecto deseja-se focar, de forma breve, a presença e os feitos de algumas mulheres, como

Margarida de Navarra, irmã do rei Francisco I, o qual reinou na França entre 1515 a 1547. Com sua dedicação e participação ativa no processo de mudanças na igreja e com seu viver feminino tanto na esfera privada quanto na pública, desempenhou papel fundamental no movimento da Reforma, que - especialmente na França - não foi apenas de caráter doutrinário e eclesiástico, mas também moral (ALMEIDA, 2010, p. 17-48, 66).

Almeida cita um livro sobre diversas mulheres escritoras tanto da Renascença quanto da Reforma, as quais foram separadas em seis categorias distintas. Dentre essas mulheres, foi citada na primeira categoria das grandes damas, Margarida de Navarra, que possuía obras como poemas devocionais. Mas também havia mulheres interessantes nos outros grupos, e as que chamam mais atenção são as do último grupo, mulheres pertencentes ao patriarcado urbano provinciano, consideradas inovação na época da Renascença. Cabe salientar que essas eram totalmente desagradáveis aos homens e, constantemente, recebiam recomendação de voltarem-se às coisas próprias de mulher, como, silêncio e castidade, por exemplo (2010, p. 65-66).

Igualmente, pode ser mencionada a ex-freira Marie Dentièrre, que foi para Genebra em 1539, a fim de trabalhar em prol da Reforma, e escreveu uma epístola para a rainha Margarida, retrocitada. Essa carta foi considerada um verdadeiro tratado teológico, como afirma Thyseel, citada por Almeida. Salienta Almeida que Dentièrre, recentemente, foi reconhecida pelo valor que teve em vida

ao ter seu nome esculpido ao lado dos grandes reformadores no monumento da Reforma, situado em Genebra. Esse fato tem valor inestimável, pois corrobora a tese de que mulheres estiveram presentes na liderança da Reforma Protestante ao lado dos homens (2010, p. 69-70).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, o Congregacionalismo brasileiro tem delegado a ocupação do ministério pastoral somente aos homens e, para justificar tal ato, os líderes têm se valido da Bíblia como fundamento. Para buscar a razão desse posicionamento, tentou-se demonstrar nesse artigo que as mulheres têm sido alvo de muita discriminação não só no seio da sociedade, como também na igreja. Elas vêm sendo relegadas à posição de importância inferior.

Contudo essa não é uma realidade apenas dos congregacionais do Brasil, visto que outras denominações apresentam essa mesma restrição à mulher, impedindo-a de exercer posição de liderança nos quadros eclesiásticos.

O cerne desse artigo se fixou em apontar princípios no sentido de tornar possível à mulher congregacional a sua presença e atuação nos púlpitos das igrejas da referida denominação. Para isso, esse trabalho se valeu de uma releitura bíblica tanto do Antigo quanto do Novo testamento, em descompasso com a ideologia dominante.

O objetivo proposto por essa pesquisa não é o de encerrar o assunto sobre a possibilidade de as mulheres virem a ocupar os ministérios pastorais em igualdade com os homens. Pelo contrário, o escopo desse trabalho é encetar, como dito no princípio, uma discussão totalmente pautada na Bíblia e livre de preconceitos.

Mas, a despeito de tudo isso, não há como escapar do inevitável: a ordenação pastoral feminina tanto no âmbito congregacional, quanto no de outras denominações é apenas uma questão de tempo.

**THE FEMALE PASTORAL ORDINATION IN THE BRAZILIAN
CONGREGATIONALISM: proposals and challenges to promote the academic
debate**

ABSTRACT

The present work intends to analyze the acceptance of feminine pastoral ministry amidst Brazilian Congregationalism. The methodological approach used was the deductive reasoning, in which one meets general assumptions in order to reach particular conclusions. Thus, a relation between the proposed premises and the conclusion was done. Such proposal was basically drawn up on the researcher's fretfulness to what concerns the female nonadmission to pastorate in the referred religious denomination. The study was divided into four parts, and firstly addressed the issue of the female ordination. Subsequently, presented a brief report of the historical Brazilian Congregationalism, and then a developed a biblical and theological analysis on the reasons raised by the congregational community to justify the nonadmission. As the last instance, the work showed the historical rationale that corroborates the full possibility for women to be integrated in this ecclesiastical ministry. To accomplish the purpose, a detailed assessment was made without the presumption of exhausting the subject. The aim is to arouse discussion among the church and the academy.

Key-words: pastoral ordination, church, congregationalism, women, restriction.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rute Salviano. **Uma voz feminina na Reforma**. São Paulo: Hagnos, 2010.

ARAÚJO, João Pedro Gonçalves. **Os batistas e a questão feminina**. Trabalho apresentado na Semana Acadêmica de Teologia da Faculdade Teológica Batista de Brasília (FTBB) em 30.10.2012 (não publicado).

BAUMERT, Norbert. **Mulher e homem em Paulo: superação de um mal-entendido**. São Paulo: Loyola, 1999.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo: Fatos e Mitos**. Vol. 1.4.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2008.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução: João Ferreira de Almeida. 2. ed. São Paulo: SBB, 2008.

CAIRNS, Earle Edwin. **O cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja Cristã**. 2. Ed. São Paulo: Vida Nova, 2008.

CARDOSO, Douglas Nassif. **Práticas Pastorais do pioneiro da evangelização do Brasil e de Portugal**. 1ª ed. São Paulo: Potyguara, 2002

CASTRO, Afranio Gonçalves. **O que as mulheres de Corinto tinham na cabeça: texto, contexto e interpretação de 1 Cor 11.2-16**, ETINERE, Brasília, n. 2, ano I, p. 36-44.

CULVER, Robert D. et al. **Mulheres no Ministério Feminino: Quatro opiniões sobre o papel da mulher na igreja**. Traduzido por Oswaldo Ramos. São Paulo: Mundo Cristão, 1996.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade situada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FIORENZA, Elisabeth Schussler. **As origens cristãs a partir da mulher: uma nova hermenêutica**. São Paulo: Paulinas, 1992.

FIORENZA, Elisabeth Schussler. **Caminhos da Sabedoria: Uma interpretação bíblica feminista**. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2009.

FIORENZA, Elisabeth Schussler. **Discipulado de iguais: uma ekklesia feminista crítica da libertação**. Rio de Janeiro: vozes, 1995.

FIORENZA, Elisabeth Schussler. **Eles não podem matar o Espírito.** In: Concilium/281, ISSN 1414-7327. São Paulo: Vozes, 1999.

GAMBIRASIO, Giorgio. **A evolução do machismo.** São Paulo: Engenharia das Letras, 2005.

GRENZ, Stanley. **Mulheres na igreja: Teologia bíblica para mulheres no ministério.** São Paulo: Candeia, 1998.

HÄRING, Hermann. **Jesus não autorizou? Uma análise do documento de Roma.** In: Concilium/281, ISSN 1414-7327. São Paulo: Vozes, 1999.

LORENZEN, Lynne Faber. **Introdução à Trindade.** São Paulo: Paulus, 2002.

LOPES, Augustus Nicodemus. **Ordenação de mulheres: o que diz o Novo testamento?** São Paulo: Publicações Evangélicas Seleccionadas, 1997.

MEEKS, Wayne A. **Os primeiros cristãos urbanos: o mundo social do apóstolo Paulo.** São Paulo: Paulinas, 1992.

REILY, Duncan Alexander. **Ministérios Femininos em Perspectiva histórica.** 2. ed. Campinas: CEBEP; São Bernardo do Campo: Editeo, 1997.

VAUX, Rolando de. **Instituições de Israel no Antigo Testamento.** São Paulo: Vida Nova, 2004.

VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil.** 2ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

ZUCK, ROY B. **A interpretação Bíblica: meios de descobrir a verdade bíblica.** São Paulo: Vida Nova: 1994.